

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARTHA DANIELA CARBONI

**IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO: UMA REVISÃO DE
LITERATURA DE 2010 A 2016**

CURITIBA

2016

MARTHA DANIELA CARBONI

**IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO: UMA
REVISÃO DE LITERATURA DE 2010 A 2016**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná

Orientadora: Prof.^a Ms. Rosemeri T. F. da R. Rodrigues

CURITIBA

2016

IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO: UMA REVISÃO DE LITERATURA DE 2010 A 2016

MARTHA DANIELA CARBONI

RESUMO

O presente artigo analisa o Programa Bolsa Família (PBF) e seus impactos e limitações verificados na área da Educação. Esse Programa de transferência de renda foi responsável pela retirada de milhões de pessoas da situação de extrema pobreza e ainda é considerado uma das principais frentes de apoio à frequência dos estudantes brasileiros que vivem em situação de pobreza. A metodologia de pesquisa utilizada foi a análise documental e revisão de bibliografia a partir de levantamento de pesquisas que trabalharam de forma conjunta os temas da Educação e o PBF publicados no período que compreende os anos de 2010 a 2016. Os resultados apresentados nesse artigo sistematizam e apresentam contribuições de diversos autores que se posicionam quanto aos impactos e limitações do PBF na área da Educação. A concentração dos debates manifesta centralidade na frequência escolar como condicionalidade do Programa e ressalta impactos positivos e também as limitações manifestadas na Educação. Foi possível também constatar através da revisão bibliográfica, que há consenso de que o Programa tem estimulado e contribuído consideravelmente para a redução dos índices de pobreza e extrema pobreza nos últimos dez anos. Percebeu-se também elevação nas matrículas e frequência à escola, diminuição nas taxas de evasão escolar e progressiva adequação da idade/série dos estudantes. A maioria dos autores descreve que apesar do PBF ter alcançado os seus objetivos como aliviar de imediato a pobreza e extrema pobreza, incentivar e manter as crianças e adolescentes no âmbito escolar, diminuir os índices de analfabetismo - necessita ainda de aprimoramentos. As sugestões de melhorias que podem implicar em avanços na escolarização dos alunos usuários do PBF incluem que os espaços escolares desenvolvam currículos formais e não formais que são estabelecidos nas relações sociais e histórico-culturais, pois dessa forma caberá a inclusão da temática da pobreza nos currículos para que o conhecimento sobre esse fenômeno multidimensional esteja presente nas formações, nos materiais didáticos e encaminhamentos metodológicos que ocorrem em sala de aula.

Palavras-chave: Pobreza, Programa Bolsa Família, Educação.

1. INTRODUÇÃO

A pobreza é um fato vivenciado na vida de muitas crianças e adolescentes brasileiros. Dentre várias consequências da privação material e situação de pobreza de muitas famílias e pelas situações que as mesmas estão expostas está a impossibilidade de frequência ou acesso à escola.

Quando a criança fica restringida somente a convivência intrafamiliar que quase sempre é marcada pela situação de carência, seus horizontes também ficam comprometidos já que crianças de famílias pobres muitas vezes não conseguem sequer imaginar que outra vida é possível, que um dia poderão sair do próprio ambiente ou modificá-lo profundamente.

Nesse sentido podemos visualizar o importante papel e tarefa dos educadores que atuam diretamente na educação, que deveriam possuir o entendimento do ciclo de vida dessas crianças, da família de origem, e que a escola precisa ser vista como principal meio de interferir não somente a visão do próprio futuro que as crianças têm, mas também o que sua família sonha para elas, estimular e semear esperança e autoconfiança.

Paradoxalmente ao direito quase universalizado do acesso à escola das crianças e jovens brasileiras e das expectativas que tal processo resultaria na melhoria da qualidade de vida e na construção de uma sociedade mais justa, surgiram contrapontos relacionados ao insucesso, ao abandono escolar e à precarização da escola.

O fracasso escolar é um dos maiores desafios enfrentados atualmente pelas escolas e o não reconhecimento pelos educadores das experiências socioculturais, da realidade, dos valores e vivências de seus alunos acabam por endossar esse insucesso. Entendemos que uma escola que se almeja democrática, necessita acolher e compreender a diversidade, transformando-a em vantagem pedagógica.

Para que a escola possa ter uma ação mais efetiva na sua função de educar precisa também estar aberta ao reconhecimento de que a situação de pobreza e miséria em que vivem muitos de seus alunos, precisa ser compreendida.

Segundo o Censo Escolar de 2013 (INEP, 2014) 45,1% dos estudantes com até 17 anos são beneficiários do Programa Bolsa Família e de 190.706 escolas - 152.397 (79,9%) têm ao menos um aluno beneficiário.

Dessa forma a proposta desse artigo é apresentar dados dos últimos anos, coletados em relatórios de Agências de Pesquisas governamentais e não governamentais referentes aos impactos do Programa Bolsa Família na Educação para dessa forma colaborar para uma visão que considera

importante o debate sobre o fortalecimento do direito a educação no enfrentamento da pobreza.

O programa de transferência de renda o Bolsa família tem causado muitas críticas e discussões. Na visão do senso comum se fala muito do –ganharll este dinheiro sem nenhum retorno como se pode ouvir no ditado popular: –entregue a vara e deixe-o pescarll. Muitas pessoas acreditam apenas na meritocracia visão de que os indivíduos que se esforçam –merecemll melhores condições de vida.

Algumas pessoas recorrerem a este conceito, que é normalmente utilizado para criticar as medidas sociais usando a justificativa de que todos têm as mesmas oportunidades e que o mérito verdadeiro, o sucesso profissional, por exemplo, depende única e exclusivamente do esforço individual.

Sabemos enquanto profissionais que não é desta forma que procede às ascensões dos seres sociais. As famílias usuárias da Política de Assistência Social, para romper com o ciclo da pobreza, precisam acessar os mínimos sociais assegurados que é dever do Estado.

2. GARANTIA DE DIREITOS

Através das imposições implantadas pela modernização do capitalismo, estas regiram mudanças significativas na linha traçada para as políticas sociais, principalmente, nas economias periféricas e dependentes. Uma agenda que foi intermediada por contrarreformas econômicas e políticas postas em ação nas duas últimas décadas do século XX.

A Consolidação de novos caminhos para a garantia de direitos da população foi impulsionada através da Carta Magna de 1988, a Constituição Federal do Brasil, ou a Constituição Cidadã como é chamada por muitos. A partir desta conquista que foi possível a construção do sistema brasileiro de proteção social.

O Conceito de Seguridade Social foi estabelecido pelo CF, assegurando o tripé da Seguridade Social: Previdência Social, Saúde, e Assistência Social. Sendo que a Política de Assistência Social foi estabelecida juntamente como de direito às outras principais Políticas, como Saúde e Educação. Garantindo o

direito de acesso a Assistência Social e não mais como ajuda benesse, assistencialismo, como era desenvolvida.

Outros direitos foram conquistados como nos coloca Soares e Sátyro (2009), no mesmo tempo que a Constituição reconheceu o direito à aposentadoria para os agricultores que trabalham em regime de economia familiar também definiu ou iniciou esse processo de construção de um sistema de políticas sociais redistributivas adicionando a garantia do direito de acesso a serviços por parte de populações necessitadas. Surge por fim o direito das pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de pobreza o direito a um salário mínimo chamado de Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A construção do direito da Assistência Social é recente na história do Brasil. Durante muitos anos a questão social esteve ausente das formulações de políticas no país. O grande marco é a Constituição de 1988, chamada de Constituição Cidadã, que confere, pela primeira vez, a condição de política pública à assistência social, constituindo, no mesmo nível da saúde e previdência social, o tripé da seguridade social que ainda se encontra em construção no país. A partir da Constituição, em 1993 temos a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), no 8.742, que regulamenta esse aspecto da Constituição e estabelece normas e critérios para organização da assistência social, que é um direito, e este exige definição de leis, normas e critérios objetivos. (LOAS, 2009, p. 4)

A Constituição Federal vem de encontro a lutas sociais pela garantia de direitos a todos os cidadãos, que se propõem em um espaço que não há indiferença para a raça, escolarização, idade, orientação sexual, credo, condição política e cultura, pois estes aspectos não podem ser determinantes para que o direito seja alcançado.

Diante disso Catusso et al (2013), nos trazem que a Constituição propôs a discussão, e a consolidação de legislações específicas que passam a trabalhar outras frentes para a garantia de direitos e a prevenção de violações como: o SUS – Sistema Único de Saúde (1990); o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (1990); a LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social (1993); o SUAS – Sistema Único de Assistência Social (2005) e a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996).

E ainda de forma mais focal com razões peculiares outras legislações específicas foram aprovadas sendo: Lei que dispõem sobre a pessoa com

deficiência (1989), o Estatuto do Idoso (2003), Estatuto da Igualdade de Racial (2010) e a Lei Maria da Penha (2006).

A garantia de direitos começa a se consolidar a partir dos avanços históricos e mobilizações sociais, através da luta de classes num contexto de exploração do trabalho no cenário mundial da Revolução Industrial.

Nesse momento histórico não havia distinção sobre trabalhadores, crianças, mulheres, idosos e homens que trabalhavam em condições insalubres e precárias em excessivas jornadas de trabalho com salários ínfimos que não oportunizavam a estes indivíduos nem mesmo a manutenção das necessidades básicas de suas famílias. Nessa época não havia amparo por social por parte do Estado (Netto, 1992, apud Catusso, 2013).

A partir deste período surge a -Questão Social que não pode ser confundida como um problema social. A leitura sobre os problemas sociais passa pela análise da conjuntura histórica e pelo olhar dos vários períodos de enfrentamento de diversas problemáticas. E assim surge a constatação que é contraditório culpabilizar os indivíduos sociais pela situação que se encontram, sendo estes resultados de um sistema totalmente dominante que busca manter a manutenção da ordem capitalista vigente.

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2001, p. 27).

Na Política de Educação a Constituição Federal (CF/88), em seu artigo 205, afirma que –a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Sendo para o sistema educacional brasileiro a lei de maior referência à nº 9394/1996, que institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), estruturando e especificando as diretrizes constitucionais, e traça os princípios fundamentais e objetivos da educação nacional. Juntamente com ela o ECA –

Estatuto da Criança e do Adolescente, trazem a garantia de direitos e deveres às crianças e adolescentes.

2.1 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A existência dos programas de transferência de renda tem sua origem a partir de 1990, em alguns Estados do País, mas primeiramente como um programa que visava à garantia de renda mínima condicionada, exigiam compromissos mais severos para com as famílias.

Apesar de o arcabouço conceitual desenvolvido no início dos anos 1990 apontar para programas de garantia de renda mínima, na verdade implementaram-se no Brasil programas de transferência de renda condicionada. A principal diferença é que, enquanto o único critério para os programas de garantia de renda mínima é a renda, os programas de transferência de renda condicionada também exigem contrapartida dos beneficiários, em geral que se engajem em ações em benefício próprio e de suas famílias. (Soares e Sátyro, 2009, p.8)

A partir de 1996 surgiu o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o primeiro programa Federal de transferência direta de renda, que tinha como objetivo atender situações de trabalho infantil nas famílias.

Tem-se também o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), cujo principal objetivo é erradicar as piores formas de trabalho infantil. Destina-se a famílias com renda per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, com crianças/adolescentes entre 07 a 15 anos de idade, possibilitando a essas crianças e a esses adolescentes frequentarem e permanecerem na escola, mediante uma complementação de renda mensal às suas famílias num valor de R\$25,00 a R\$40,00 mensais por criança/adolescente na zona rural ou urbana, respectivamente. (Silva, 2003, p. 10)

No ano de 2001 o segundo maior programa de Transferência Federal de renda foi criado o Bolsa Escola que tinha como objetivo atender crianças e adolescentes que estavam devidamente matriculados e frequentando a escola. Esse Programa atendia as famílias enfrentavam situação de pobreza porém não desenvolvia um objetivo específico da superação da extrema pobreza e acabava por atender famílias que não tinham perfil, ou não enfrentavam situação de pobreza.

O segundo programa de transferência de renda condicionada federal no Brasil foi o Programa Bolsa Escola Federal, criado em 2011 e

também claramente inspirado no programa de Brasília. A contrapartida consistia na frequência mínima de 85% à escola, no ano, para crianças de seis a 15 anos. O benefício era concedido a famílias cuja renda per capita se situava abaixo de R\$ 90,00, e o valor da bolsa era de R\$ 15,00 por criança, com um teto de R\$ 45,00 por família. O Ministério da Educação respondia pelo programa. (Soares e Sátyro, 2009, p.9)

2.2 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O programa Federal de transferência de renda Bolsa Família (PBF) passou a existir a partir da junção dos programas de transferência de renda já existentes como o Bolsa Escola, Vale Gás, Bolsa Alimentação e o Cartão Alimentação. Esses programas não tinham o objetivo de atender a família como um todo, mas individualizada.

Na aplicação desses Programas uma família poderia estar recebendo os quatro benefícios enquanto outra com maior vulnerabilidade econômica e social receberia apenas um. Os sistemas administrativos destes benefícios não se comunicavam entre si o que acarretava uma maior dificuldade de cobertura nacional das famílias em situação de extrema pobreza.

Embora o Programa Bolsa Família tenha sido criado apenas em 2003, sua criação é consequência de uma trajetória particular em políticas de proteção social seguida pelo Brasil nos últimos 40 anos, em especial após a Constituição de 1988. Esta trajetória tem elementos em comum com outros países latino-americanos, mas também conta com aspectos peculiares ao nosso país. (Soares e Sátyro, 2009, p.7)

Segundo Campelo e Neri (2013) o programa atende a cerca de 13,8 milhões de famílias em todo o país (dados de 2013), o que corresponde a um quarto da população brasileira. Para chegar a este resultado conta com importante instrumento de identificação socioeconômica, o Cadastro Único, Cadastro do Governo Federal para os programas sociais.

Este Cadastro Único é responsável pela integração de dados da família aos serviços públicos e informações de saúde, educação, renda e trabalho de todos os integrantes da família. Por caracterizá-la segundo sua situação socioeconômica seleciona e habilita para um conjunto variado de benefícios,

dentre eles o Bolsa Família que atua no alívio imediato das necessidades materiais, realizando a transferência direta de renda, conforme as diferentes características de cada composição familiar.

Campelo e Neri (2013) afirma que o programa é mais que uma transferência direta de renda já que a pobreza não reflete apenas na privação do acesso à renda monetária. O Programa tem como objetivo reforçar o direito de acesso às três principais Políticas Públicas: Saúde, Educação e Assistência Social realizando articulação entre estas áreas apoiando o desenvolvimento das capacidades de seus beneficiários.

Conforme dados do MDS (2016) O Programa Bolsa Família (PBF) criado em 2003 apoia milhões de famílias brasileiras que precisam superar a pobreza buscando garantir seu acesso à renda a direitos sociais e a ações complementares. O Bolsa Família é um programa que contribui para o combate à pobreza.

Segundo o MDS (2016) o programa se desenvolve de duas formas: realizando a transferência do valor calculado conforme a situação socioeconômica da família, todo mês diretamente à família e realizando o acompanhando das famílias através do pacto Intersetorial das três Políticas Públicas: Saúde, Educação, e Assistência Social.

2.3 ACESSO A EDUCAÇÃO E SAÚDE

O Programa Bolsa Família vai além da transferência de renda. Para contribuir com a superação da pobreza dá atenção especial às crianças e aos adolescentes que fazem parte das famílias beneficiárias. Isso acontece por meio de compromissos que as famílias e as áreas de assistência social educação e saúde assumem.

Segundo o MDS (2016) na Política de Educação, através do MEC, e das secretarias municipais de educação o programa Bolsa Família busca garantir que as crianças e os adolescentes em situação de pobreza e de extrema pobreza estejam matriculados e frequentando a escola, o que já é um direito social. Dessa forma é realizado o acompanhamento conforme o lançamento da frequência e matriculada realizada identificando se houver situações que impedem a frequência ou matrícula.

Para garantir o recebimento do benefício do PBF, as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem ter no mínimo 85% de frequência escolar mensal, enquanto os jovens de 16 e 17 anos devem ter 75%.

O MDS (2016) reforça também que na área da Política de Saúde, as famílias recebam o acompanhamento nutricional para as crianças, adolescentes, mulheres, nutrizes e o pré-natal para as gestantes garantindo o desenvolvimento saudável direito também previsto da CF.

Diante destes objetivos o programa Bolsa Família auxilia a identificar as famílias que possuem maior dificuldade de acesso aos seus direitos básicos. A seleção das famílias é feita segundo o MDS (2016) a partir das informações registradas pelos municípios no CadÚnico. Tudo é feito por um sistema, sem a interferência manual de nenhuma pessoa.

Assim mensalmente o Governo Federal realiza o depósito para as famílias que fazem parte do programa. Que possui como um de seus objetivos incentivar a autonomia da mulher - diante disso o cartão é preferencialmente emitido em nome da mulher que deve ser cadastrada como responsável familiar. Cada família recebe um valor, calculado por um sistema, dessa forma se leva em consideração os integrantes da composição familiar, sua idade, e o rendimento de cada um.

2.4 PERFIL DAS FAMÍLIAS PARA A INCLUSÃO NO PROGRAMA.

Segundo informações do MDS (2016), para a família ser beneficiária no Programa Bolsa Família precisa estar devidamente cadastrada no Cadastro Único. Este cadastramento é realizado somente pelos municípios nas secretarias de Assistência Social ou nos seus equipamentos de atendimento CRAS, Centro de Referência de Assistência Social, responsável por realizar o acompanhamento das famílias beneficiárias do programa Bolsa Família. As famílias podem ser selecionadas a partir da renda per capita.

Todas as famílias com renda mensal por pessoa de até R\$ 85,00, mesmo que não tenham gestantes, crianças ou adolescentes na família; As famílias com renda familiar mensal por pessoa de R\$ 85,01 até R\$ 170,00 que tenham gestantes, crianças ou adolescentes.

Possuem prioridade na seleção de beneficiárias as famílias que possuem a renda mensal por pessoa até o valor estabelecido pelo programa e pela quantidade de crianças e jovens com idade de 0 a 17 anos na família.

O CadÚnico garante o acesso das famílias não somente ao programa Bolsa Família, mas a inclusão das famílias para mais de vinte programas sociais, que conforme sua renda familiar podem ter acesso. Sendo que muitas famílias possuem o CadÚnico e não são beneficiárias do programa Bolsa Família, mas acessam outros programas como: Pronatec (cursos para qualificação profissional); a Tarifa Social de Energia Elétrica; o Minha Casa Minha Vida; a Carteira do Idoso; as Cisternas; BPC, PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral a família, isenção da taxa de concurso público, programas municipais, etc.

2.5 TIPOS DE BENEFÍCIOS

A população alvo do PBF é constituída por famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. As famílias extremamente pobres são aquelas que têm renda mensal de até R\$ 85,00 por pessoa. As famílias pobres são consideradas as que têm renda entre R\$ 85, 01 e R\$170,00 por pessoa e podem participar do programa, desde que tenham em sua composição gestantes, crianças e/ou adolescentes entre 0 e 17 anos. (MDS, 2016).

Segundo o MDS (2016), as famílias em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda mensal de até R\$ 85,00 per capita, com ou sem crianças, adolescentes, jovens ou gestantes, recebem o Benefício Básico que é de R\$ 85,00. As famílias com renda mensal de até R\$170,00 per capita que tenham crianças, adolescentes de até 15 anos e/ou gestantes recebem o Benefício Variável (BV) que é de R\$ 39,00.

Cada família pode receber até cinco benefícios variáveis que são divididos em: Benefício Variável à Gestante (BVG) que é pago em nove parcelas às famílias que tenham gestantes identificadas pelo Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde e Benefício Variável Nutriz (BVN) que é concedido em seis parcelas às famílias que tenham crianças de 0 a 6 meses de idade cadastradas no Cadastro Único.

O Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BJV) é concedido às famílias que tenham adolescentes de 16 e 17 anos no valor de R\$ 46,00 e podem receber até dois benefícios. O Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP) é concedido às famílias que mesmo recebendo os benefícios financeiros do PBF, permanecem em situação de pobreza extrema (renda per capita mensal de até R\$85,00). O valor do benefício é calculado conforme cada situação e é concedido o necessário para que a família supere a situação de extrema pobreza ou a renda acima dos R\$ 85,00 mensais por pessoa.

As tabelas abaixo de números 1 e 2, representam de forma mais clara os valores que as famílias podem receber conforme sua renda familiar e a composição familiar.

TABELA 1 - TIPO DE BENEFÍCIO PARA FAMÍLIAS COM RENDA PER CAPITAL MENSAL DE ATÉ R\$ 85,00

Número de gestantes, crianças e adolescentes de até 15 anos.	Número de jovens de 16 e 17 anos.	Tipo de benefício.	Valor do benefício.
0	0	Básico	R\$ 85,00
1	0	Básico + 1 Variável	R\$ 124,00
2	0	Básico + 2 Variável	R\$ 163,00
3	0	Básico + 3 Variável	R\$ 202,00
4	0	Básico + 4 Variável	R\$ 241,00
5	0	Básico + 5 Variável	R\$ 280,00
0	1	Básico + 1BVJ	R\$ 131,00
1	1	Básico + 1 Variável + 1BVJ	R\$ 170,00
2	1	Básico + 2 Variável + 1 BVJ	R\$ 209,00
3	1	Básico + 3 Variável + 1 BVJ	R\$ 248,00
4	1	Básico + 4 Variável + 1 BVJ	R\$ 287,00
5	1	Básico + 5 Variável + 1 BVJ	R\$ 326,00
0	2	Básico + 2 BVJ	R\$ 177,00

1	2	Básico + 1 Variável + 2 BVJ	R\$ 216,00
2	2	Básico + 2 Variável + 2 BVJ	R\$ 255,00
3	2	Básico + 3 Variável + 2 BVJ	R\$ 294,00
4	2	Básico + 4 Variável + 2 BVJ	R\$ 333,00
5	2	Básico + 5 Variável + 2 BVJ	R\$ 372,00

Fonte: MDS, 2016. Atualizado (2016).

TABELA 2 - TIPOS DE BENEFÍCIO PARA FAMÍLIAS COM RENDA
PER CAPITAL MENSAL DE R\$ 85,01 A R\$170,00

Número de gestantes, crianças e adolescentes de até 15 anos.	Número de jovens de 16 e 17 anos.	Tipo de benefício.	Valor do benefício.
0	0	Não recebe o benefício	-----
1	0	1 Variável	R\$ 39,00
2	0	2 Variável	R\$ 78,00
3	0	3 Variável	R\$ 117,00
4	0	4 Variável	R\$ 156,00
5	0	5 Variável	R\$ 195,00
0	1	1BVJ	R\$ 46,00
1	1	1 Variável + 1BVJ	R\$ 85,00
2	1	2 Variável + 1 BVJ	R\$ 124,00
3	1	3 Variável + 1 BVJ	R\$ 163,00
4	1	4 Variável + 1 BVJ	R\$ 202,00
5	1	5 Variável + 1 BVJ	R\$ 241,00
0	2	2 BVJ	R\$ 92,00
1	2	1 Variável + 2 BVJ	R\$ 131,00
2	2	2 Variável + 2 BVJ	R\$ 170,00
3	2	3 Variável + 2 BVJ	R\$ 209,00
4	2	4 Variável + 2 BVJ	R\$ 248,00
5	2	5 Variável + 2 BVJ	R\$ 287,00

Fonte: MDS, 2016. Atualizado (2016).

2.6 EDUCAÇÃO NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

As condicionalidades do PBF estão prevista no artigo 3º da Lei nº 10.836, de 2004. E atribui ao MEC à responsabilidade de acompanhar e fiscalizar o cumprimento da condicionalidade educação. O acompanhamento da frequência escolar dos alunos beneficiários do PBF foi realizado desde 2005 pelo MEC e conforme os dados do MDS no período de junho e julho de 2016, 13,9 milhões (85,6%) de crianças e adolescentes, entre 6 e 17 anos beneficiários do Programa Bolsa Família, cumpriram a frequência escolar.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2015), o tempo de permanência na escola entre os 20% mais pobres com até 21 anos cresceu 36% entre 2003 e 2013. Entre os 20% mais ricos, os anos de estudo aumentaram 4% no período.

O Programa Bolsa Família conforme Collares (2014) é programa nacional de transferência de renda, capaz através de suas condicionalidades, apresentar um avanço da Educação com redução de 11% da taxa de analfabetismo no Brasil, e o crescimento de 15% nos anos de estudo.

Segundo o MDS (2016) as condicionalidades têm como objetivo contribuir para a ruptura do ciclo de pobreza entre as gerações por meio do estímulo ao acesso aos direitos básicos principalmente da Política de Educação reforçando assim a importância da escola na vida dos filhos das famílias beneficiárias com o objetivo destas crianças possuírem um futuro melhor.

As informações da matrícula e frequência escolar são lançadas pelos técnicos em cada município nesse sentido o autor Santos Junior (2012) sugere que o sistema Presença deveria passar por modificações, pois reduz simplesmente o Programa Bolsa Família na educação em lançamento da frequência escolar não realizando o acompanhamento do desempenho escolar dos alunos por falta de mais recursos humanos e estrutura física para esse fim.

Já o autor Cavalcanti (2013) sugere que sendo positivo o impacto da frequência escolar e a matrícula para os beneficiários do PBF é importante aliar

esse efeito com uma melhor qualidade nas políticas públicas para que as consequências possam potencializar em longo prazo.

É necessário, então, empreender a reflexão sobre o modo pelo qual os homens produzem sua vida material, tendo em vista que o modo de produção exprime as relações sociais sob as quais dada sociedade se estrutura. Em outros termos, trata-se de -uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos^{ll}, que tece relações sociais nas quais os homens são produtores e produtos, pois -o que eles são coincide com sua produção, tanto com o *que* produzem como também com o *modo como* produzem^{ll}. (MARX; ENGELS, 2007, p. 87, apud NORA, 2012, p.17)

A escola tem papel fundamental para a criança no desenvolvimento do seu intelecto e principalmente como ser social portador e garantidor de seus direitos. A convivência e os estímulos recebidos dentro da escola muitas vezes são diferentes do que a criança passa em seu lar. As ações pedagógicas, pensadas a partir da perspectiva de superação da pobreza, devem contribuir para o desabrochar de novos caminhos e perspectivas futuras, rompendo assim com o ciclo intergeracional da pobreza.

Conforme os dados do MDS (2016), das crianças e adolescentes acompanhados, 2,3 milhões destes, cerca de 14,4%, não foram acompanhados através da condicionalidade da educação, no período de junho e julho de 2016.

Destes cerca de 509 mil crianças e jovens, estavam identificados nas escolas, e não tiveram a frequência lançada no sistema do MEC. Os outros em média de 1,8 milhão, são crianças e jovens que não estão vinculados em escolas informadas pelo CadÚnico, ou seja não foram localizados matriculados. Essa situação remete que a criança ou o jovem mudou de escola no mesmo município, mudou de escola e de município, ou podendo ser uma situação mais agravante, está realmente longe da escola.

Diante desses fatos o MDS (2016) reforça que, situações de crianças e adolescentes não localizados para lançamento de frequência escolar, devem ser público prioritário de acompanhamento familiar por parte da Educação e da Assistência Social. Esse assunto que deve ser amplamente discutido e possuir prioridade no plano intersetorial do programa Bolsa Família. Pois situações como essas, podem agravar a situação de vulnerabilidade econômica e social das famílias, bem como ocultar situações de violação de direitos.

Segundo o MDS (2016) o maior desafio da gestão intersetorial de condicionalidades é traçar um plano em conjunto com os profissionais que atuam na gestão do PBF para ofertar um serviço adequado às famílias beneficiárias.

Estudos realizados demonstram que o PBF tem sucesso em realizar investimento em capital humano, e reduzir assim o nível de pobreza. Para Chein, Andrade e Ribas (2006) apud Teixeira (2010) indicam para a redução na desigualdade e na pobreza, a contra ponto Cardoso e Souza (2004) e Pedrozo (2007), também citados no trabalho de Teixeira (2010), demonstram que o Bolsa Família foi responsável por aumentar a frequência escolar das crianças beneficiadas em três pontos percentuais.

Tapajós et al (2010) apontam que uma pesquisa domiciliar com os beneficiários do Programa Bolsa Família, realizada pelo Instituto Pólis em 2005, demonstram que a melhoria na renda das famílias que recebem o PBF representava acréscimo de 21%, e constatado que os itens prioritários para o gasto do benefício eram, em ordem de prioridade, alimentos, materiais escolares, vestuário e remédios.

Percebe-se através da pesquisa que um dos objetivos na transferência direta de renda era estimular a autonomia da própria família com o valor recebido do benefício e que é garantido na maioria das famílias, pois se tinham receios que as famílias –pobresll não saberiam –aplicarll o valor do benefício.

A polêmica foi grande, por exemplo, diante da opção de operar com repasse de benefícios monetários para as famílias sem controle quanto à destinação que elas dariam aos recursos. Levantaram-se visões tuteladoras, que afirmavam – em graus variados – que a população de menor renda não saberia fazer uso adequado dos recursos transferidos. A experiência mostrou, ao contrário, que elas não só compram –corretamentell como podem fazer um planejamento financeiro capaz de ampliar suas perspectivas e oportunidades. Ficou claro que ninguém melhor que a própria família para definir o melhor uso do dinheiro, tendo em vista suas características e necessidades. (CAMPELLO e NERI, 2013, pg.16)

3 METODOLOGIA

É importante e significativo que com o passar dos anos, um número maior de pesquisas se apresente no mundo acadêmico, através da pesquisa

bibliográfica, dados são confrontados, desenvolvendo um maior número de resultados.

[...] conhecer o já construído e produzido para depois buscar o que ainda não foi feito, de dedicar cada vez mais atenção a um número considerável de pesquisas realizadas de difícil acesso, de dar conta de determinado saber que se avoluma cada vez mais rapidamente e de divulgá-lo para a sociedade. (FERREIRA, 2009, p.259).

Dessa forma é apresentado um levantamento bibliográfico referente aos impactos do Programa Bolsa Família na Educação colaborando assim para uma visão que considera importante o debate sobre o fortalecimento do direito a educação no enfrentamento da pobreza.

Coletando dados e informações acadêmicas, em dissertações de mestrado e doutorado, localizadas na internet através do site de pesquisa da Scielo, e no Google Acadêmico, através de palavras chaves como: Impactos na educação, Programa Bolsa Família, e também localizando informações em relatórios de Agências de Pesquisas governamentais e não governamentais. Através das palavras chaves como Educação, Pobreza, Bolsa Família, Condicionalidade, Transferência de Renda.

Esse artigo teve como objetivo aprofundar questões que envolvem educação e pobreza já que estes temas devem ser aproximados para melhor compreensão da realidade de crianças e adolescentes advindos de situações de pobreza e extrema pobreza. A Educação nesse sentido é libertadora na questão intelectual e nas situações de opressão.

Para sistematizar os dados utilizou-se da elaboração de uma tabela com o levantamento dos seguintes dados: Ano da publicação, Pesquisas Artigos, Impactos do PBF na Educação, e as Limitações do programa elencadas em cada pesquisa do texto.

4 APRESENTAÇÕES DOS RESULTADOS

Tapajós e outros autores (2010) nos trazem uma importante colocação quanto aos impactos positivos da participação no PBF que aparecem no incentivo à educação de crianças e jovens. Este autor mostra que a frequência escolar de alunos de idade entre 6 a 17 anos foi 4,4 pontos percentuais, em

contraste maior nas famílias beneficiárias do que nas famílias não beneficiárias. Sendo maior este destaque na região Nordeste onde essa diferença foi de 11,7 pontos percentuais a favor das crianças das famílias beneficiárias.

O que os autores colocam enquanto limitação é que a existência de avaliação das políticas públicas que se interligam para a execução do PBF pode não ser executada adequadamente ou de forma apropriada, mas como simples tramite burocrático imposto por planos governamentais.

A evasão escolar é outro assunto complexo de discussão, pois envolve uma vasta série de desafios que vão desde o envolvimento do aluno com a escola e o acompanhamento de sua convivência familiar e comunitária.

Pellegrina (2011) aponta que analisando seus dados, e outros estudos o impacto do PBF relacionado diretamente à condicionalidade da Educação, sobre as variáveis escolares constatou que o programa reduz o abandono escolar em pelo menos 20% com a garantia da transferência de renda, mas o mesmo tempo conclui que o programa apresenta índice insuficiente para atingir seu maior objetivo que é romper definitivamente o ciclo da pobreza intergeracional, apenas pela via da acumulação de capital humano pelos filhos de famílias beneficiárias.

Costa (2011) em sua tese relaciona Bolsa Família e Educação através de dados advindos do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e censos escolares e dessa forma pode observar a desigualdade educacional entre os Estados da Bahia e Minas Gerais, sendo que em ambos os Estados a idade média de escolarização aumentou para jovens até 25 anos. Houve também redução do analfabetismo e as séries estão condizentes com a idade.

Esse autor levantou dados também sobre a grande diferença no IDEB de escolas em uma mesma região e pode concluir que se as escolas possuísem bons índices significaria um trabalho realizado com empenho da própria instituição e não de um Política Educacional unificada que subsidiaria os trabalhos para o Estado todo.

Nora (2012) em sua dissertação enfatiza que a Educação como Política Pública é um dos instrumentos com maior poder para a superação da desigualdade social desde que seja aliada as novas organizações sociais do século XXI. E que o PBF traz para a Educação um importante papel,

reforçando este como espaço de igualdade e mecanismo de mobilidade social. Como limitação desse Programa aponta que o PBF ainda incentiva a –ilusão de que o problema da pobreza pode ser resolvido através da Política Social.

Historicamente a Política de Assistência Social é imbuída de conservadorismo e acaba por legitimar as desigualdades sociais sendo estas mistificadas pela igualdade de oportunidade que transfere ao indivíduo a responsabilidade para o seu fracasso ou ascensão. É importante, neste sentido, compreender as categorias da superexploração do trabalho, da classe que é atingida pela precarização das condições de trabalho. Faz-se importante também reconhecer que os programas de transferência de renda se constituem como possibilidade de acesso a recursos voltados para a população em situação de extrema pobreza e surge para a redução dos índices desta.

Camargo (2012) e Couto (2012) apresentam os resultados alcançados através da realização de uma pesquisa de relação de causalidade entre as crianças e adolescentes beneficiários do PBF por escola. Esses autores levaram em consideração o desempenho escolar, o abandono, nota média e taxa de aprovação e analisaram que as escolas com maior número de alunos beneficiários sofriam com notas inferiores antes mesmo da criação do PBF. Sendo visível que as escolas que atendem um maior número de beneficiários do PBF devem receber e desenvolver uma maior atenção por parte da integralidade e qualidade na oferta das políticas públicas.

O processo da universalização escolar ocorrido nos últimos anos, com o auxílio do PBF, possibilitou segundo estudos Souza (2013) o acesso e frequência escolar para a parcela da população em situação de pobreza e extrema pobreza nas escolas pública. Mas há a ressalva de que a formação dos professores, as políticas educacionais, as práticas pedagógicas, o currículo, e os projetos políticos pedagógicos não foram considerados como direito para estes indivíduos sociais, da mesma forma aos profissionais envolvidos diretamente com esses alunos ainda recebem pouca formação, sobre a pobreza que é desconsiderada nesse processo de ensino-aprendizagem.

O currículo é tudo aquilo que ocorre na escola, desde as ações pedagógicas até as experiências sociais e culturais vivenciadas no âmbito escolar, precisa desta forma, levar em consideração os espaços comunitários

onde as escolas estão inseridas e as questões histórico-culturais nas quais os alunos fazem parte.

Educação formal e pobreza foi o foco da tese de Duarte (2012) com o objetivo de entender em que contexto pode existir o fracasso escolar e como o mesmo se origina na educação básica para as crianças em situação de pobreza e extrema pobreza. Através da utilização dos dados do IDEB, IBGE, Sistema Presença e do Censo Escolar, a autora pode constatar que as escolas iniciavam a integração dos alunos pobres na didática pedagógica com alguns temas, mas que estas ações não são suficiente para se trabalhar questões mais complexas da pobreza e as questões de gênero que devem estar incluídas no projeto político pedagógico.

Duarte (2012) ainda constatou que houve o início de um envolvimento dos professores através de discussões sobre Direitos Humanos e sobre Meio Ambiente, raça e etnia, e orientação sexual. Através da pesquisa verificou que além do direito garantido de acesso e permanência na escola, o sucesso escolar deve ser complemento a este para que assim se possa atingir realmente o objetivo da Educação no Programa Bolsa Família.

O sucesso escolar advém quando escola e alunos estão na mesma sintonia, quando alunos se sintam possuidores de direitos e pertencentes na política educacional, ou melhor, aos currículos escolares, levando em consideração as suas essências históricos culturais.

Para Santos (2014) a contrapartida da educação no PBF também se destacou pela redução dos índices de evasão e do abandono escolar, mas acredita que a frequência escolar sozinha, não é suficiente para mensurar o aprendizado que lhes foram passados, destaca ainda que os professores relatam fatores internos e externos que impactam no desenvolvimento escolar dos alunos.

Neste sentido podemos analisar que para Oliveira (2014) a relação escola e pobreza são permeadas por inúmeras situações que reforçam ainda mais a sensação de não pertencimento dos alunos, como a baixa escolarização dos pais, que por muitas vezes classifica a família como omissa, desestruturada, por não possuir condições de acompanhar o filho na vida escolar.

O preconceito e a falta de formação, orientação aos trabalhadores da educação, pela fragmentação do trabalho escolar, as precárias condições estruturais cooperam para o não reconhecimento do aluno como sujeito de direitos e reforçam a moral e a discriminação pela pobreza. Esta situação contribui para a estagnação na aprendizagem e para a evasão escolar.

A manutenção da frequência escolar, o baixo índice do abandono escolar, o aumento do número de alunos por turma, o aumento do índice de aprovação no ensino médio, são vistos como os principais impactos positivos advindo do Programa Bolsa Família, percebidos por Casonato (2014) que discorre sobre o contexto histórico das políticas econômicas brasileiras nos últimos 50 anos, trazendo suas limitações e perspectivas.

Este autor relata que os objetivos do PBF na educação estão sendo cumpridos, mas ressalta que esta condicionalidade atenta-se apenas a presença escolar, não levando em consideração o rendimento dos alunos beneficiários.

Lenskij (2006) apresentou dados referentes a uma escola pública de Porto Alegre/RS, onde pode ser possível constatar altos índices de evasão escolar e mesmo com intervenções realizadas através da gestão pedagógica escolar Conselho Tutelar e Ministério Público poucos eram os alunos que se mantinham na escola após as intervenções.

Mas também pode notar que os professores utilizavam basicamente a frequência escolar como indicadores de aprendizagem e aprovação ou reprovação escolar. Nessa pesquisa foi percebida então a grande intervenção do Estado como mero cumpridor de números de alunos nos espaços escolares desprezando o aluno como Ser Social possuidor de direitos. Sendo que é visível que a educação se torna direito apenas daqueles que possuem o privilégio de não precisar reivindicá-lo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho desenvolveu a difícil tarefa de envolver e sistematizar três importantes temas: Pobreza, Desigualdade Social e Educação já que são áreas totalmente interligadas, mas –difícil de se abordar, pela vasta área que abrangem. Não envolveu apenas a educação e a assistência social,

mas todas as outras áreas que estão ligadas diretamente a situação de pobreza.

É desafiador planejar, e realizar intervenções a curto, médio e longo prazo, pois necessita estudos, diagnósticos e dedicação. Posso dizer que mesmo sendo trabalhadora da área social e possuindo a formação em Serviço Social, fui desafiada pelo novo, um estudo mais aprofundado da pobreza, da desigualdade social com a educação, hoje uma ferramenta de suma importância, que tem condições de romper este ciclo da pobreza perpetuado a gerações.

A atuação na Política de Assistência Social proporciona um maior contato direto com as famílias numa abordagem de totalidade, acabamos vendo e percebendo a pobreza in loco, mas tendo a oportunidade de abordar a pobreza através das escolas.

No ambiente escolar as desigualdades sociais e a pobreza demonstram-se infelizmente através das faces mais vulneráveis que são as faces de crianças e adolescentes em espaços (escolas) que foram abordados pelos autores como não reconhecedores destes sujeitos de direitos onde eles possuem o direito de ser visíveis, crianças e adolescentes em potencial, com direito de ser, ter voz e vez, como preconiza a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

ARROYO (2015) aborda extraordinariamente a pobreza e a desigualdade social com total conhecimento remete que devemos antes de tudo saber que a pobreza realmente existe e persiste nos territórios e principalmente no ambiente escolar, que na pedagogia deve-se pensar em novos currículos, para conquistar novas estratégias e se utilizar destas nos ambientes escolares para trabalhar diretamente com as desigualdades sociais que assolam este nosso país.

Necessita-se entender hoje que a pobreza demonstra-se principalmente através da fome atualmente milhões de famílias não vivem apenas sobrevivem. Como foi exposto milhões de famílias já superaram a situação de extrema pobreza e possuem assim os mínimos sociais através desse Programa. Os Programas de Transferência de Renda surgem num contexto da garantia destes mínimos sociais através da Constituição Federal de 1988 e sua manutenção ainda é necessária na realidade brasileira.

Com a realização desta pesquisa através de revisão bibliográfica foi possível perceber um consenso por parte dos autores já que a maioria concorda que no âmbito da educação o Programa Bolsa Família tem contribuído significativamente para melhorar a frequência escolar de alunos em situação de pobreza em todo o país.

Esse reconhecimento descrito acima é o início de uma construção que deverá ser considerada pelos educadores e educandos. É necessário que a escola detenha o conhecimento através de levantamento de dados da cultura, das visões de mundo, dos modos de vivência dos sujeitos. Os (as) aluno (as) em condição de pobreza precisam se entender como parte da escola sem cultivar sentimentos de inferioridade. É necessário repensar novas formas de currículos que considerem a relação entre Educação, Cultura e Pobreza.

Podemos concluir através da pesquisa que autores expõem seus resultados como além do incentivo da matrícula escolar e garantia de acesso à escola, através da sua permanência, como preconiza o MEC (2014), mas percebe que para a garantia do sucesso e desempenho escolar dos alunos em situação de pobreza e extrema pobreza, sua existência e situação de pobreza devem estar impregnadas na essência escolar, no currículo base.

Percebe-se na análise dos resultados que a literatura não fornece subsídios para que as Políticas de Educação possam envolver os Projetos políticos pedagógicos, formação dos professores, e principalmente o currículo, com o objetivo de fazer existir, e incluir os alunos em situação de pobreza, e beneficiários do Programa Bolsa Família, na execução do processo de aprendizagem considerando o problema e as questões relativas à pobreza e a educação. Quebrando assim paradigmas que reforçam e reproduzem as desigualdades sociais.

As escolas precisam ser contempladas com currículos formais e não formais estabelecidos nas relações sociais, pois a temática pobreza, educação e currículo devem estar presentes em temas de estudo, materiais didáticos e encaminhamentos metodológicos, ou seja, que princípios curriculares constituam uma base universal para que ocorram avanços na relação Pobreza e Educação. Conclui-se ainda que é necessário novas pesquisas que contemplem a articulação entre os temas Educação e Pobreza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M. **Módulo Introdutório: Pobreza, desigualdades e educação**. Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. SECADI Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (2015).

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso 25 ago. 2016.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990**. Brasília, Senado Federal, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm> Acesso 25 Ago. 2016.

BRASIL. INEP, 2014. **Censo Escolar da Educação Básica 2013**. Resumo Técnico. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf>. Acesso em: 05 set. 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.836 - Cria o Programa Bolsa Família**. Brasília, 2004. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm> Acesso 15 set. 2016.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **LOAS: Lei Orgânica de Assistência Social**. Anotada. Março-2009. Disponível em <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/LoasAnotada.pdf> Acesso 14 set. 2016.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social. **Cadernos de Estudos: Intersectorialidade nas Políticas Sociais: Perspectivas a partir do Programa Bolsa Família**. – N. 26 (2016). MACEDO. Juliana, M. et. al.

BRASIL. Ministério de Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. (dezembro, 1996). Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/l96.pdf>> Acesso 15 set. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Bolsa Família**. Disponível em <<http://mdspravoce.mds.gov.br/bolsa-familia/>> Acesso em: 20 ago. 2016.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2016. **Bolsa Família Informa**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/sala_de_imprensa/boletins/boletim_bolsa>

_familia/setembro/boletim_bolsa_familia_29092016.html> Acesso em 29 set. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/sobreministerium/legislacao/bolsafamilia/medidas-provisorias/Medida%20Provisoria%20no%20132.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2016.

CAMARGO, P. C. de. **Uma análise do efeito do Programa Bolsa Família sobre o desempenho médio das escolas brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012.

CAMPELLO, T. C. NERI, M. C. (org.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania** Brasília: IPEA, 2013.

CATUSO, Marilu C. et al. **Instrumentalidade no Serviço Social: Reflexões sobre a Teoria e a Prática**. 1 ed. Cascavel: Assoeste, 2013.

CASONATO, L. **O Programa Bolsa Família: contexto, propostas e seus resultados sobre a educação nos municípios brasileiros entre 2010 e 2012**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual Paulista –Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras.

CAVALCANTI, D. M. **Avaliação dos impactos do programa bolsa família na renda, na educação e no mercado de trabalho das famílias pobres do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Economia Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

COLLARES, M. E. H. **Combate à pobreza: a educação e o Programa Bolsa Família**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Campinas, São Paulo, 2014.

COSTA, C. C. R. C. **Os sistemas de ensino Baiano e Mineiro: uma análise das desigualdades regionais utilizando indicadores escolares 2007-2009**. Tese (Doutorado) – Pontifícia. Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial. Universidade Católica de Minas Gerais, MG, 2011.

COUTO, N. S. G. **Desempenho educacional de alunos beneficiários do programa bolsa família: um estudo em duas escolas públicas estaduais de Salvador/Bahia/Brasil**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Salvador. Superintendência de Pesquisa e Pós- Graduação. Salvador, 2012.

DUARTE, N. de S. **Política social: um estudo sobre educação e pobreza**. Tese (Doutorado em Política Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

FERREIRA, N. S. de A. **As pesquisas denominadas “Estado da arte”**. Educação & Sociedade, ano XXIII, nº79, Agosto, 2009.

JACCOUD, Luciana. **Direitos e Intersetorialidade na Evolução Recente Da Proteção Social Brasileira**. Caderno de Estudos: Intersetorialidade nas Políticas Sociais: Perspectivas a partir do Programa Bolsa Família. 2016. Brasília. (org, MDS).

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2013: resumo técnico**. Brasília: INEP, 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2015.

LENSKIJ, T. **Direito à permanência na escola: a lei, as políticas públicas e as práticas escolares**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

NORA, Naraiana I. **Nova Política Velhos Valores: A Condicionalidade da Educação No Programa Bolsa Família**. Dissertação (mestrado) Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2012.

OLIVEIRA, L. F. de. **Pobreza, trabalho infantil juvenil e escolarização: concepções e práticas a partir do programa bolsa família**. Dissertação 75 (Mestrado). Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PELEGRINA, H. S. **Impactos de curto prazo do Programa Bolsa Família sobre o abandono e o desempenho escolar do alunado paulista**. 2011. Dissertação (Mestrado em Teoria Econômica) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SANTOS JUNIOR, W. C. dos, **Programas de transferência de renda e as políticas educacionais: o sistema presença e a gestão da pobreza na escola**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, 2012.

SANTOS, Cinthya. G. dos S. **Transferência de renda e educação: uma análise da contrapartida educacional do programa bolsa família e sua relação com o desempenho dos alunos beneficiários na cidade do Recife**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

SCHULTZ, Adriane M. B. **Direitos Fundamentais e Trabalho Infantil Juvenil no Contexto do Programa Bolsa Família**. In. Congresso Estadual de Teologia, URI, 2015, RS. Anais eletrônicos: URI, 2015. Disponível em: <<http://anais.est.edu.br/index.php/teologiars/article/view/544>>. Acesso 28 set. 2016.

SILVA, Maria O. da S. **A Política Pública De Transferência De Renda Enquanto Estratégia De Enfrentamento À Pobreza No Brasil.** Revista Políticas Públicas, 2003. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3746>> Acesso 15 out. 2016.

SILVA, Maria O. da S. **Os programas de transferência de renda e a pobreza no brasil: superação ou regulação?**, 2015. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3778/1862>> Acesso 14 set. 2016.

SOARES, S.; SÁTYRO, N.. **O Programa Bolsa Família: Desenho Institucional, Impactos e Possibilidades Futuras.** IPEA, 2009, Brasília-DF.

SOUSA, F. B. de. **O Programa Bolsa Família e a Coordenação Local do Município de Planaltina – GO.** Monografia (especialização). Escola Nacional de Administração Pública em Curso de Especialização em Gestão de Pessoas, Brasília, 2013.

TAPAJOS, L. Et al. **A Importância da Avaliação no Contexto do Bolsa Família.** Bolsa Família 2003-2010 avanços e desafios. Brasília, 2010, volume 2, capítulo 3, IPEA.

TEIXEIRA, Clarissa, G. **Análise da heterogeneidade do Programa Bolsa Família na oferta de trabalho dos homens e das mulheres.** Bolsa Família 2003-2010 avanços e desafios. Brasília, 2010, volume 2, capítulo 4, IPEA.

APÊNDICE

Ano	Pesquisas Artigos	Impactos do PBF na Educação (elencar resultados positivos apontados nos textos)	Limitações Elencar as limitações do PBF citadas em cada texto.
2010	Texto 1	- Aumento na renda das famílias; - Gastos prioritários; - Frequência escolar maior que as crianças não beneficiárias.	- A existência de avaliação, não significa que a avaliação é executada como processo de gestão nas políticas públicas.
2011	Texto 2	- Reduz o abandono escolar;	- Insuficiente para quebrar o ciclo da pobreza pela via da acumulação de capital.
2011	Texto 3	- Escola espaço de igualdade; Mecanismo de mobilidade social. - Redução índices da Pobreza;	- Política Social, mesmo focalizada na Educação, incapaz de acabar com a pobreza.
2012	Texto 4	- Índices baixos antes da oferta do PBF, escolas com concentração de alunos beneficiários.	- Melhorar qualidade na oferta de Política Pública, principalmente Educação;

2012	Texto 5	- Avanços no projeto pedagógico, relação aos direitos humanos;	- Ausência da pobreza, questões de gênero no currículo.
2013	Texto 6	- Universalização do acesso a Educação; -Aumento frequência escolar;	- Desconsidera a pobreza no processo de aprendizagem;
2013	Texto 7	- Regularização trajetória escolar; - Redução taxa de crianças fora da escola;	- Ser uma Política Continuada, para garantir os impactos já alcançados.
2014	Texto 8	- Manutenção frequência escolar; - Aumento índice aprovação ensino médio;	- Não leva em consideração o rendimento do aluno;
2014	Texto 9	- Reduziu índices de evasão e abandono escolar;	- A frequência escolar não é sinal de aprendizado;
2015	Texto 10	- Inclusão de crianças e adolescentes nas escolas. - Diminuição evasão escolar; -Melhorou índice de aprendizagem;	- Necessita mudança no sistema educacional, para acompanhar a manutenção monetária às famílias.
2015	Texto 11	- Inclusão Escolar e Social; - Manutenção escolar; - Redução Trabalho Infantil;	- Compulsoriedade da assiduidade escolar, para a transferência.
2016	Texto 12	- Articular e incentivar a garantia de acesso aos direitos sociais;	- Melhorar a qualidade nos serviços ofertados, potencializar as conquistas;

Quadro demonstrativo elaborado pela autora. (2016)

Títulos dos artigos pesquisados:

Texto 1 – Bolsa Família 2003 a 2010, Avanços e Desafios.

Texto 2 – Impactos de curto prazo do Programa Bolsa Família sobre o abandono e o desempenho escolar do alunado paulista.

Texto 3 – Nova Política Velhos Valores: A Condicionalidade da Educação No Programa Bolsa Família.

Texto 4 – Uma análise do efeito do Programa Bolsa Família sobre o desempenho médio das escolas brasileiras.

Texto 5 – Política social: um estudo sobre educação e pobreza.

Texto 6 – O Programa Bolsa Família e a Coordenação Local do Município de Planaltina – GO.

Texto 7 – Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.

Texto 8 – O Programa Bolsa Família: contexto, propostas e seus resultados sobre a educação nos municípios brasileiros entre 2010 e 2012.

Texto 9 – Transferência de renda e educação: uma análise da contrapartida educacional do programa bolsa família e sua relação com o desempenho dos alunos beneficiários na cidade do Recife.

Texto 10 – Os Programas de Transferência de Renda e a Pobreza No Brasil.

Texto 11 – Direitos Fundamentais e Trabalho Infante Juvenil no Contexto do Programa Bolsa Família.

Texto 12 – Intersetorialidade nas Políticas Sociais: Perspectivas a partir do Programa Bolsa Família.